

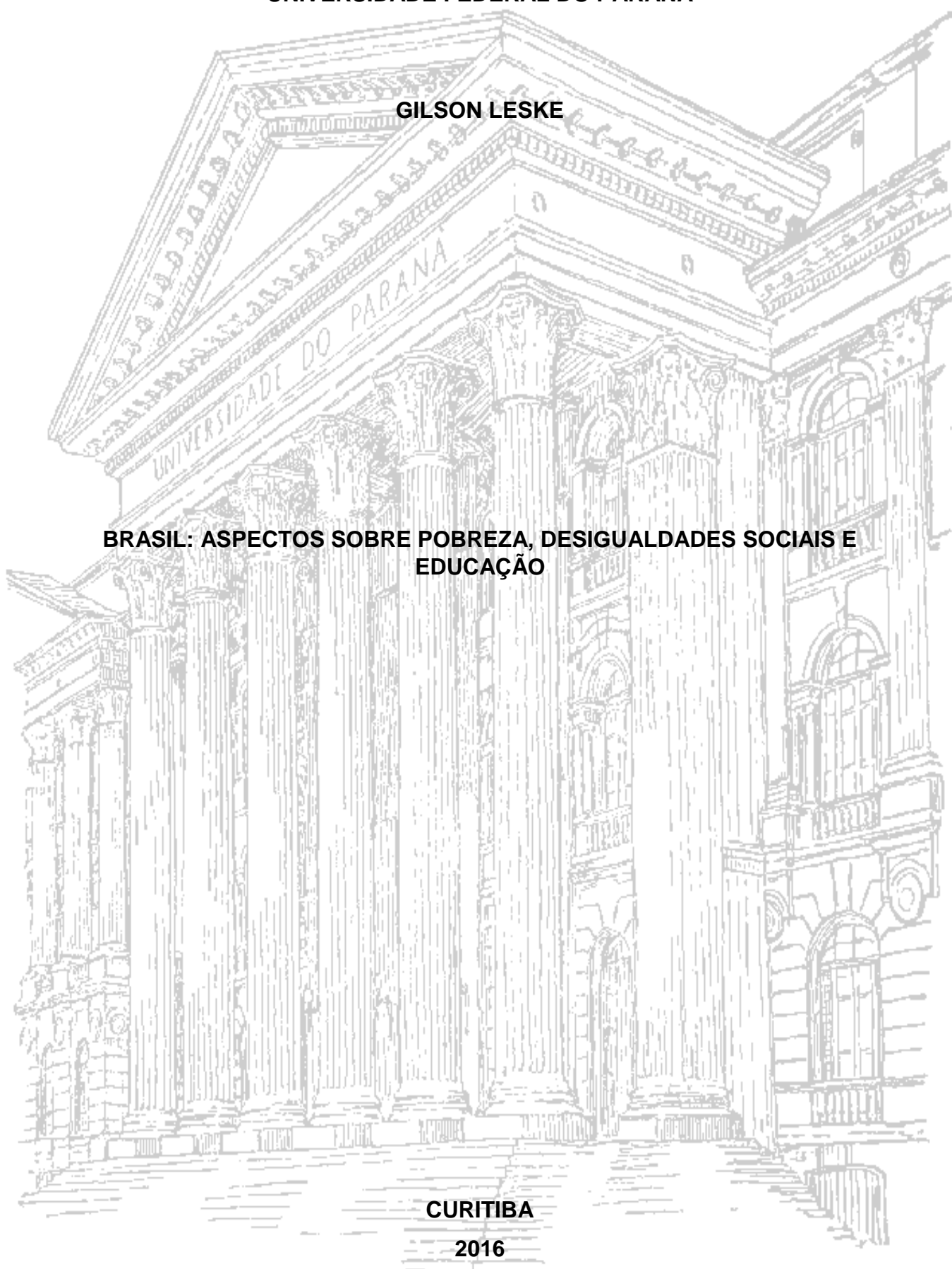
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**GILSON LESKE**

**BRASIL: ASPECTOS SOBRE POBREZA, DESIGUALDADES SOCIAIS E  
EDUCAÇÃO**

**CURITIBA**

**2016**



**GILSON LESKE**

**BRASIL: ASPECTOS SOBRE POBREZA, DESIGUALDADES SOCIAIS E  
EDUCAÇÃO**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Ms. Maria Cristina Trois Dorneles Rau.

**CURITIBA**

**2016**

## **Brasil: Aspectos sobre pobreza, desigualdades sociais e educação**

**Gilson Leske**

### **RESUMO**

O artigo propõe refletir sobre aspectos da constituição da pobreza e paradigmas que permeiam o campo educacional, bem como, discutir a importância do Programa Bolsa Família (PBF) no enfrentamento e combate da pobreza e emancipação dos sujeitos. Estamos cientes que a pobreza é um complexo problema que permeia a sociedade brasileira, e tal, não será simplesmente solucionado por meio de programa de transferência de renda, no entanto, não podemos ignorar o fato do PBF ter angariado forma institucionalizada na garantia de direitos constitucionais. A pesquisa propõe problematizar os processos de (re)produção da pobreza, avançando sobre premissas sociais que afrontam a dignidade humana, apontando a importância de romper com a lógica histórica instrumental no trato das múltiplas vivências que ecoam na vida dos estudantes, e carecem de enfoque pedagógico que desconstrua a visão corretiva e moralizadora da pobreza, a modo que vislumbrem no horizonte, a possibilidade de rompimento desse círculo vicioso. A pesquisa foi elaborada a partir da problematização de fontes bibliográficas.

**Palavras-chave:** Pobreza; Educação e Desigualdade Social.

### **1. INTRODUÇÃO**

Ao observarmos aspectos históricos do Brasil, são notórios processos sociais e políticos que promovem a reprodução da pobreza.

Questionamo-nos sobre como os coletivos sociais estão submetidos a ela? Como se dá sua perpetuação caracterizada de forma brutal em (re)criar mecanismos de permanência dos oprimidos em tal condição?.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> As referências sobre pobreza tratadas neste trabalho partem da compreensão de que ela não faz alusão, unicamente, à privação de capital financeiro, mas é multidimensional, ou seja, a pobreza é uma forma de exclusão social resultado da distribuição desigual dos bens essenciais para uma vida digna. Os bens essenciais correspondem à capacidade de indivíduos, famílias e comunidades de suprir necessidades básicas nas seguintes dimensões: renda; educação; saúde;

A assimetria à diversidade desqualifica o diferente, atribuindo-lhes aspectos de inferioridades, ações que remontam desde a colonização do país, reforçadas por processos sociais e políticos que expropriaram territórios das pessoas, suas identidades, culturas, línguas e histórias, sendo estes, alocados e mantidos à margem da sociedade. (ARROYO, 2014a, p.17).

As interpretações reducionistas em relação à pobreza e as desigualdades sociais ocultam processos históricos desse fenômeno, velando a complexidade da questão social envolvida nesta temática. (ARROYO, 2014a, p. 09).

As políticas de transferência de renda, não podem ser consideradas assistencialistas, mas um direito elementar do Estado, uma responsabilidade pública, em garantir humanidade; dignidade e bem-estar social para as pessoas que se encontram em situações de pobreza e extrema-pobreza.

Muitos dos programas de combate à pobreza, bem como a busca da efetivação dos direitos sociais, são tratados sob uma ótica negativa pelo senso comum. A própria cultura escolar muitas vezes apresenta resistência ao diálogo e ao fortalecimento destas políticas sociais.

A partir do momento que superarmos visões moralizantes e individualistas que promovem a (re)produção da pobreza, abrir-se-á caminhos que possibilitará reconhecê-la, bem como, desvelar os processos que (re)produzem as desigualdades. Tais mecanismos estão vinculados a um padrão de poder das classes dominantes, os quais promovem a subalternização dos coletivos sociais, principalmente, em relação aos coletivos pobres, marginalizando-os. (ARROYO, 2014a, p.14).

As inquietações que orientam o presente trabalho partem da seguinte indagação: Como a educação potencializada pelos programas sociais, desenvolvidos nos últimos anos, vem possibilitando gerar processos que minimizem de forma considerável a vulnerabilidade social?

A partir das questões levantadas, nos propomos a investigar, por meio de análises bibliográficas, aspectos gerais, sobre a constituição dessa *ditadura da miséria*,<sup>2</sup> que promove a desumanização das pessoas, bem como os processos de

---

alimentação/nutrição/; acesso à água potável/saneamento; trabalho/emprego; habitação e ambiente onde vive; acesso a crédito; acesso a mercados; participação na comunidade; bem estar social; etc. Esta visão contemporânea multidimensional da pobreza reflete a complexidade da sociedade atual.

<sup>2</sup> Conceito utilizado por PINZANI e REGO, quando os autores referem-se à desumanização das pessoas em condições semelhantes às animais, chegando ao ponto de “[...] passar seu tempo

embates e resistências que dinamizam a produção da diferença em desigualdade e a materialização nas relações sociais e políticas que segregam grupos, inclusive problematizando a cultura pedagógica moralizante e seus currículos pobres de conhecimentos, perpassando o viés educacional, para compreender a complexidade da pobreza como um fator decorrente da questão social, política e econômica, que afeta a autonomia moral das pessoas.<sup>3</sup>

O recorte temporal da pesquisa adota como marco inicial o ano de 2004, quando implantado o Programa Bolsa Família, o qual é um programa de transferência de renda, implantado com a perspectiva de desenvolver ações no combate à pobreza e a fome, promovendo inovações na promoção de intervenções públicas na área social, por meio de ações intersetoriais do poder público. Como marco final, adotamos o ano de 2014, período que completa dez anos de contribuição social, período que permite desenvolver análises, com foco no âmbito educacional, sobre a qualidade e a efetividade das ações desenvolvidas pelo Estado, contra a pobreza e desigualdade social.

---

caçando comida, ou esmolando-a; e, assim, ferindo mortalmente sua dignidade na condição de seres humanos.” (2014a, p. 37).

<sup>3</sup> Conforme o historiador José D’Assunção Barros. Algo é “diferente” quando sua essência se difere da essência do outro – seja no todo ou em algum aspecto particular. A “desigualdade”, no entanto, não se refere a essências distintas, mas sim a uma circunstância que privilegia algo ou alguém em relação ao outro – independentemente de os dois serem iguais ou diferentes. A diferença pode ser tanto nata e natural como cultural. Já a desigualdade – as circunstâncias que privilegiam alguns – é construída socialmente. E, muitas vezes, implica a ideia de injustiça. (2005, p. 345).

## 2. A COMPLEXIDADE DA POBREZA

A partir das inquietações expostas, notamos o quanto é relevante o presente estudo, na busca de romper paradigmas que permeiam o campo educacional, e superar o olhar lançado sobre o pobre enquanto integrante de uma humanidade constituída em sua plenitude, pensamento este, que muito se manifesta na pedagogia.

É possível notar, com certa clareza, a padronização empreendida pela classe dominante no que tange valores sociais, políticos, econômicos e culturais, utilizados como parâmetros para categorizar, qualificar ou desqualificar pessoas, e isso, não raro, pode ser notado no processo educacional, condenando mais ainda, quem já se encontra em situações de vulnerabilidades sociais.

No Brasil, desde o início da colonização, é perceptível em sua formação histórica, o processo de (re)construção dos diferentes em desiguais, a partir do crivo empregado sobre os que se distanciam do parâmetro de um modelo hegemônico idealizado e estabelecido pelas camadas dominantes.<sup>4</sup>

Interpretações ingênuas difundidas pelas camadas que estão no poder, rotulam a pobreza, afirmando que sua condição é por não quererem trabalhar, ou ainda, por desqualificação para o trabalho, relegando à escola a função de qualificá-los. Arroyo nos orienta, afirmando que esse modelo interpretativo

[...] parte de uma visão ingênua acerca dos processos sociais, econômicos e das relações políticas que regem o desenvolvimento econômico e a apropriação da riqueza, da renda do trabalho, sua concentração e sua apropriação nas relações de classe. (2014a, p. 13).

A problematização sobre educação pobreza e desigualdade social, carece ser analisada a partir do desvelamento do padrão de desenvolvimento adotado em nosso país, concentrador de renda e (re)produtor da pobreza, não atribuindo à escolarização, isoladamente, à incumbência de solucionar as crises do sistema capitalista, mas como uma área que abriga milhões de crianças e adolescentes

---

<sup>4</sup> Conforme Arroyo: “Para compreender com profundidade o fenômeno da pobreza e da desigualdade social, é preciso dar importância, nos cursos de formação inicial e continuada, à discussão sobre os processos históricos de transformação dos sujeitos “diferentes” – vistos do ponto de vista dos dominadores – em sujeitos inferiores, pobres, desprovidos de terra, teto, poder, renda, trabalho e escola.” (2014a, p. 18).

condicionados e vitimados pela pobreza que se perpetua, e tem um papel fundamental na vida desses educandos.

Os educandos recebidos diariamente nas escolas são frutos das relações sociais, políticas e econômicas, e que cabe a nós profissionais da educação, aprofundar os estudos e avançar na compreensão destas questões, em relação ao desenvolvimento de uma postura crítica diante da história educacional de nosso país, a qual vem carregada de tratos de (re)produção das desigualdades.<sup>5</sup>

É notável que os impactos gerados por grandes programas sociais, a exemplo, o Bolsa Família, conseguem minimizar a realidade de pobreza no cotidiano das populações bolsistas. Conforme Rego e Pinzani:

Com base nesse pano de fundo, podemos afirmar que um programa de transferência estatal de renda a mulheres pobres como o Bolsa Família se insere em uma ainda incipiente política pública de cidadania. O fato de ser ainda muito insuficiente como tal não nos permite ignorar suas possibilidades de se tornar uma consistente política de formação de cidadãos, se complementadas por um conjunto mais amplo de políticas que visam a esse alvo garantido na Constituição de 1988. Nesse sentido, o BF começa pela mais preliminar de todas as prerrogativas da cidadania, porque diz respeito ao mais preliminar direito, o direito à vida. (2014b, p. 176).

Temos consciência que a pobreza é um problema complexo e como tal, não há uma solução fácil. Um programa de transferência de renda como o Bolsa Família, não resolve a problemática em questão. “Contudo, tal programa enfrenta importantes questões ligadas à pobreza, oferecendo-lhes uma resposta pelo menos parcial; melhor ainda, lida com algumas de suas facetas.” (REGO; PINZANI, 2014b, p. 20).

Romper com o caráter “natural” do fenômeno de construção da marginalidade empreendido pelo capitalismo brasileiro, o qual por meio da exploração da força de trabalho e pagamento de baixos salários, constituiu a pobreza estrutural que avessa os direitos de grande parcela da população brasileira. Em grande parte das famílias “[...] o BF representa o único rendimento monetário percebido e, em vários casos, constitui a primeira experiência regular de obtenção de rendimento.” (REGO; PINZANI, 2014b, p. 198).

---

<sup>5</sup> Conforme Leite “[...] a escola, historicamente encarregada de homogeneizar, de igualar, nunca soube lidar com a diversidade. O resultado dessa falta de reconhecimento foi o surgimento do fracasso escolar, tão conhecido de crianças, jovens e adolescentes das camadas populares.” (2014, p. 24).

Para fomentar esta iniciativa, é indispensável associar a formação continuada de profissionais da educação, ofertando instrumentos metodológicos que auxiliam a reflexão sobre as questões emergentes da pobreza a partir de suas ações curriculares, que a escola possa desenvolver em relação a esta questão, que é absolutamente premente para a realidade educacional brasileira.

Olhar para a pobreza, implica em se aprofundar, analisando “[...] como os grupos dominantes de uma sociedade possuem geralmente a capacidade de impor sua concepção de mundo [...]” (REGO; PINZANI, 2014b, p. 51). Requer sair da zona de conforto, a qual reproduz uma visão quase mistificada, folclorizada, reducionista, a qual naturaliza o processo social, como um fenômeno que não é produzido historicamente pela sociedade, negando as contradições e desigualdades.

É de relevância lançar, junto aos educadores, um olhar que desnuda a relação complexa entre a educação; pobreza e a constituição histórica das desigualdades sociais, fomentando elementos para compreender em aspectos mais aprofundados esta problemática. Os educadores ao compreenderem em termos conceituais, o processo de produção da pobreza, estarão capacitados a gerar aportes metodológicos, com a finalidade de propor uma possível transformação na realidade das pessoas, famílias e comunidades, ancoradas nesta condição.

A problemática da pobreza no Brasil carece de uma percepção aprofundada, rompendo a visão mistificada, construindo entre nós, outra possibilidade de intervenção na realidade posta.

O reconhecimento da existência da pobreza e da desigualdade enquanto processo histórico, desnaturaliza o enfoque moralizante, a partir de aspectos mais amplos, que vão nos indicar uma releitura histórica das contradições que estão inerentes a esse processo. A desconstrução da visão idílica da pobreza, quase que natural, de opção de vida dos sujeitos, não raro, promove o aprisionamento da vocação destes; no interior de uma lógica gerida pelo determinismo moralizante, havendo a interpretação mistificada e reducionista da questão da pobreza, enquanto uma opção do sujeito.

Nesse contexto cabe salientar a operação ideológica voltada à naturalização da pobreza no Brasil: a ideia de que esta seja uma espécie de fenômeno natural imutável, contra o qual qualquer luta é inútil, esconde muitas coisas, além, claro, do interesse em manter o *status quo* social, político e econômico. As operações ideológicas com as quais se naturaliza a pobreza chegam a abertamente contradições, porquanto, ao mesmo tempo que se afirma a



diversidade quase antropológica do pobre, se exalta a presumida democracia racial (como em Gilberto Freyre). (REGO; PINZANI, 2014b, p. 164).

Faz-se necessário promover o desvelamento sobre a construção da categoria pobreza, a qual é sedimentada socialmente e materialmente pelas relações históricas engendradas no interior de um modelo construído pela humanidade, visando dar conta de sua existência material, onde o modelo de produção capitalista produz a tal condição, socialmente e historicamente, atrelado a uma questão política.<sup>6</sup>

A problematização a partir do espaço de construção pedagógica e formativa, a partir da observação das salas de aula, nos permite interpretar como a pobreza se apresenta nesse exercício, para sairmos daquela compreensão de foco distanciado, sobre o qual, não raro, abordamos a pobreza como algo distante, algo que não nos afeta. Nas reflexões de Rego e Pinzani:

Ao receber esse rótulo de membros perigosos, inúteis e associais da comunidade, os pobres são de fato excluídos expressamente dela; porém, espera-se deles, ao mesmo tempo, que se comportem como membros comprometidos com ela. Os pobres no Brasil vivem continuamente em uma tensão: por um lado, são excluídos e humilhados por parte de um sistema econômico e legal que os prejudica; por outro, recebem o apelo a se considerarem parte do mesmo sistema e, assim, respeitarem suas regras e normas sociais legais. (2014b, p. 40).

Somos oriundos desses processos, as premências sociais evidenciam a banalização e naturalização da tragédia humana, bem como a degradação profunda a partir da violência de várias ordens, as quais, vão naturalizando situações de ataque à dignidade humana, tais questões carecem de uma profunda reflexão, visando a problematização desse processo.

Portanto, desnudar e desconstruir o processo de naturalização da violência e da tragédia humana carece romper com esta compreensão, produzida a partir de uma lógica histórica instrumental, necessitarmos uma nova intervenção na

---

<sup>6</sup> “As pessoas humilhadas pela sociedade são levadas a pensar que merecem tal humilhação e que a situação humilhante é a consequência de uma falta por parte delas. Interpretam sua inferioridade econômica e social como inferioridade intelectual ou volitiva e, portanto, aceitam sua condição e a consideram como o resultado de um fracasso pessoal, não de um arranjo socioeconômico determinado. [...]. Da mesma maneira, se considera legítimo atribuir privilégios aos empresários: no Brasil, por exemplo, são concedidos isenções e incentivos fiscais; subsídios para a instalação de empresas; perdões sistemáticos das dívidas daqueles que não pagam a previdência de seus funcionários, embora recolham deles suas contribuições; anistias para sonegadores de imposto de renda; perdões de dívidas com os bancos públicos.” (REGO; PINZANI, 2014b, p. 56).

construção de outra leitura, mais ampla e aprofundada sobre esse processo de degradação humana, que nós como sujeitos da educação precisamos intervir.

É de suma importância, cultivar a construção de sensibilidade na área humana, para ouvirmos e incorporarmos no exercício profissional, questões que ecoam dessas vivências.

Saber nos relacionar com esses estigmas que são postos para análise e superar a visão de que a pobreza é resultante de uma ausência de esforço individual, implica em superar visões que estão inoculadas no âmbito dessa temática.<sup>7</sup>

Necessitamos desconstruir visões mistificadas que rompam com discursos determinantes, os quais sedimentam a ideia de que a pobreza cultural cercam as camadas mais pobres. Não podemos olhar para essas condições enquanto determinantes de um processo pedagógico, pois, seria do ponto de vista estratégico da educação, afirmar que não existem possibilidades de saída de superação para populações que não têm acesso a bens culturais do mesmo modo que outras, imutabilizando essa dura realidade, transformando-a num círculo vicioso, que vai fardar uma vida inteira as camadas pobres, com a cultura da subalternidade.<sup>8</sup>

Pensar na articulação entre educação e pobreza, é um problema que enfrenta a prática curricular nesse desencontro como aspectos da própria vida da pobreza e dos corpos empobrecidos, porque a pobreza se materializa no sujeito, o qual, não é uma categoria genérica, ela é construída por relações históricas multidimensionais.<sup>9</sup>

Independente de nós sermos sujeitos da pobreza, das escolas serem escolas pobres, em termos estruturais, negando o sujeito, evidencia-se a negação do próprio ato de educar. A relação implica na necessidade de falar do

---

<sup>7</sup> Trata-se da superação da lógica ultrapassada, a qual atribuía um discurso vazio, meritocrático, que todas as pessoas têm as mesmas oportunidades e o problema é que nem todos aproveitam essas oportunidades.

<sup>8</sup> A pobreza se materializa nesses sujeitos e nas relações dos sujeitos, os quais, em geral são vistos enquanto carentes e, portanto, inferiores em termos de capacidade, de esforço de aprendizagem, culminando então, na construção desses rótulos.

<sup>9</sup> Arroyo contribui em nosso estudo para compreendermos a precarização dos corpos pela pobreza, bem como, a necessidade de um olhar especial sobre esses educandos. Conforme o autor: “As vivências da pobreza se manifestam nos corpos precarizados de crianças e adolescentes, que chegam às escolas já condenados precocemente a vidas fragilizadas pela desnutrição e pela fome. Desses corpos vêm apelos para que sejam revistos amplamente currículos, conhecimentos, didáticas e tempos-espaços escolares.” (2014b, p. 32).

desmascaramento da complexidade da pobreza, constituídas a partir das interações sociais, políticas e econômicas.

Para sair desta visão corretiva moralizadora que aprisiona a educação, precisamos superar a compreensão da pobreza, enquanto uma questão moral, e passar para a compreensão que ela é uma questão complexa e precisa ser enfrentada enquanto tal.

A educação não pode caminhar de costas para a vida e para sua complexidade. Uma educação formadora de sujeitos inteiros, precisa se relacionar com o conjunto interno e externo da escola, mesclando as dimensões das condições de vivências e sobrevivência, enquanto condição humana. Conforme Arroyo:

Os corpos, sobretudo precarizados, vêm sendo objeto de análises das diversas ciências; logo, é preciso trazer esses conhecimentos aos currículos para que sejam superadas autoimagens negativas de identidades corpóreas e haja um avanço no direito de se construir imagens corpóreas mais positivas. Os corpos precarizados provocam questionamentos à ética profissional, escolar e curricular, e estimulam outras pedagogias, outra ética gestora e docente. [...] Os corpos têm estado entre os ignorados pelo pensamento social e pedagógico. Isso se torna evidente quando corpos precarizados de milhões de crianças e adolescentes que chegam às escolas são desprezados e condenados porque esses sujeitos do aprendizado escolar continuam sendo cogitos incorpóreos. Dessa forma, aproximar currículo, conhecimento e pobreza exigirá a superação dessas visões negativas e o avanço para uma epistemologia-teoria pedagógica e uma ética emancipadoras dos corpos que os desloquem da esfera privada – na qual têm relegados seus direitos como indivíduos – para a esfera pública de direitos concretizados. (2014b, p. 33).

Os percursos escolares trazem essas marcas, expressando condições que se constroem, necessitando ser abordado pela ação escolar, superando a visão de reprodução automática, da compreensão de que as desigualdades são naturais.

Milhares de crianças e adolescentes em condições de extrema pobreza chegam às escolas vitimadas pelo padrão de poder que é perpetuado pela sociedade. Nós profissionais da educação precisamos avanços nessas questões, buscando compreender e desenvolver uma postura crítica no trato das representações sobre os outros, problematizando o processo político da produção da desigualdade ao longo da história da educação brasileira.

## 2.1 Aspectos sobre o Programa Bolsa Família: a luta por justiça social

O Programa Bolsa Família (PBF), criado em 2003, vem contribuindo significativamente na vida de milhões de pessoas, impactando diretamente no cotidiano destas, auxiliando no processo de diminuição da fome.<sup>10</sup>

Arroyo, afirma a importância do Programa Bolsa Família na vida das pessoas menos favorecidas. Segundo o pesquisador:

Aos(às) pobres são negados os direitos sociais mais básicos, como alimentação, teto, renda e trabalho, os quais é atribuição do Estado garantir. Logo, o reconhecimento dessas condições deve conduzir à estruturação de políticas sociais – das quais o Programa Bolsa Família é um exemplo – e de programas que busquem transformar essa realidade, sem incorrer em medidas meramente assistencialistas ou moralizantes. Há diversas críticas que rotulam de assistencialistas as políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família. Contudo, se a vida é o primeiro direito do ser humano e garanti-la é o dever mais elementar do Estado, não pode ser considerado assistencialismo algo que efetive essa garantia. Nesse sentido, o Programa Bolsa Família assume como inspiração política que o reconhecimento do direito à vida é um dever público, logo, a ser traduzido em políticas de Estado, como uma responsabilidade pública, para além do tradicional assistencialismo. (2014a, p. 14).

Diante destas considerações, podemos verificar que o PBF tem por objetivo dois eixos básicos: o combate à miséria e a exclusão social e a emancipação das famílias mais pobres.

Dessa forma, conforme Weissheimer “O principal objetivo do Programa Bolsa Família é justamente fazer com que seus beneficiados deixem de sê-lo.” (2006, p. 39). Assim, re(construir) a cidadania, mesmo que a mais elementar, bem como a devolução da dignidade às pessoas, é a finalidade central do PBF.<sup>11</sup>

O PBF contribui significativamente no fortalecimento da economia do país, pois trata-se de um programa de choque, que proporciona, a inclusão de uma nova

---

<sup>10</sup> O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias extremamente pobres, ajudando a garantir o direito à alimentação, à saúde e à educação para a parcela mais vulnerável da população, graças à combinação entre os recursos que as famílias recebem todo mês e os compromissos assumidos nas áreas de saúde e educação. Ampliar a cidadania, promover a inclusão social e superar a miséria. Dez anos depois de ser criado e implantado pelo governo federal, o Bolsa Família é reconhecido como o maior programa de transferência de renda do mundo. (Fonte: <http://bolsafamilia10anos.mds.gov.br/node/124>).

<sup>11</sup> “O objetivo estratégico é construir políticas que possam efetivar a transição da situação de dependência em relação aos programas de transferência de renda para um estágio sustentável de inclusão social que combine participação no mercado de trabalho com garantia de direitos.” (WEISSHEIMER, 2006, p. 40).

massa de consumidores, que no interior de uma sociedade capitalista, conquistam certa dignidade.

É notável também, mudanças nas relações de gêneros, à diminuição da submissão feminina das famílias beneficiárias, onde as mulheres deixam de ser totalmente dependentes dos companheiros e passam a administrar o dinheiro recebido pelo PBF, que por vezes, é a única renda familiar percebida. Conforme Lazzari:

A situação dessas mulheres apresenta aspectos muito semelhantes e mostra como o problema da diferença social envolve muitas carências, portanto, mesmo que a distribuição direta de renda seja, como apontou os autores, o embrião de uma política pública de cidadania, a transferência estatal de renda no Brasil atual não é simplesmente uma política de urgência moral que garante o direito à vida, mas representa ainda o primeiro passo à substantivação da nossa democracia. (2013, p. 95).

O Programa Bolsa Família vem se consolidando enquanto um eficaz mecanismo no combate à pobreza, atendendo apelo silencioso das populações mais pobres, rumo à emancipação dessas famílias, promovendo transformações socioeconômicas na vida das pessoas beneficiárias. São avanços ainda iniciais rumo a uma ação transformadora que necessitamos no atual sistema brasileiro, marcado pela concentração de renda.<sup>12</sup>

As discussões sobre o combate à pobreza e as desigualdades sociais no Brasil estão latentes, estamos em um contexto favorável para problematização visando avanços que efetivem tais questões enquanto políticas de Estado.

No Brasil, é notória a hostilidade contra programas públicos de combate à pobreza por parte da mídia e da chamada opinião pública, que, na realidade, expressa a posição da classe média-alta, numericamente minoritária, mas poderosa como grupo social. Isso se junta ao fato de o Brasil exibir uma das maiores concentrações de renda no mundo. REGO; PINZANI, 2014b, pp. 156-157).

Críticas ao PBF existem e retratam as contradições presentes no interior da sociedade brasileira, apontando necessidades de avanços na luta contra a desigualdade social presente no país. A pauta está lançada, e a necessidade de seguir a partir do ponto que chegamos são veementes.

---

<sup>12</sup> De acordo com Weissheimer “Quando não se tem nada, a vida pode começar a mudar com um prato de comida na mesa.” (2006, p. 123).

Na história do país, não se constatou tantos debates acerca do assunto em questão, as discussões sobre educação, pobreza e desigualdade social, ocupam destaque, porém há um longo e árduo processo a percorrer, que exigem mudanças nas estruturas historicamente constituídas.

### 3. RESULTADOS

A complexidade da pobreza não é de fácil solução, porém ao longo da pesquisa foi possível perceber a importância que o PBF angariou enquanto política social, condições mínimas de recursos financeiros para as famílias mais carentes. As condicionalidades do PBF,<sup>13</sup> promovem significativas melhorias na educação, diminuindo a taxa de evasão escolar dos educandos vinculados ao Programa, bem como, na contribuição para diminuição do trabalho infantil.

Por essas e muitas outras razões, como a melhoria nas moradias e no sentimento geral de bem estar das populações mais pobres, o Bolsa Família é um modelo no contexto internacional, sendo considerado o principal instrumento de transferência de renda do mundo pela Organização das Nações Unidas (ONU). (MACHADO; GOVEIA, 2014).

Em uma década, notamos que o Bolsa Família apresentou resultados positivos que possibilitaram a formação de cidadãos que, por estar ainda mais nutrida, educada e empoderada, está sendo atendida em seus direitos mais fundamentais, e tomando consciência crítica sobre o país, inclusive exigindo melhor qualidade – e não apenas o acesso - dos serviços de educação e saúde.<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> Condicionais são as exigências do programa para que a família receba o benefício. Além disso, elas são compromissos que as famílias assumem junto ao governo federal e são de fundamental importância para a manutenção do programa. As condicionalidades são na área de Saúde e Educação e devem ser cumpridas para que o benefício não seja cancelado, bloqueado ou suspenso. Elas são de fundamental importância e devem exigir a atenção das famílias beneficiárias. As condicionalidades de educação estão relacionadas a frequência escolar, é preciso que as crianças e adolescentes frequentem a escola. As Condicionais de Saúde, as gestantes e nutrizes devem ser inscritas no pré-natal e comparecer com o cartão de gestante as consultas nas unidades de saúde próximas à sua residência, seguindo o calendário do Ministério da Saúde. Outra exigência é a participação nas atividades educativas ofertadas pelas equipes de saúde sobre aleitamento materno e promoção da alimentação saudável. (Fonte: MDS, 2016).

<sup>14</sup> O pagamento é feito diretamente à mulher responsável pela família, o que levou a um processo de empoderamento em seus lares. Com um poder sobre os gastos familiares, as beneficiárias decidem mais sobre as compras e têm mais controle sobre sua vida conjugal. Com a segurança monetária proporcionada, as mulheres se sentem menos dependentes dos seus maridos, muitos dos quais agressivos e têm mais poder em uma eventual separação. (MACHADO; GOVEIA, 2014).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola pública é a expressão da sociedade brasileira, recebe a diversidade social, nela estão inseridos os educandos violentados pelas desigualdades sociais.<sup>15</sup> A escola necessita ser um lugar onde todos são tratados com dignidade e igualdade.

A produção histórica da desigualdade em nossa história é muito séria, o século passado, foi um marco revolucionário na história, o protagonismo dos movimentos sociais possibilitou diversos avanços no campo educacional, possibilitando o acesso de educandos oriundos das camadas mais subalternizadas às escolas, por sua vez, estes trazem consigo, marcas da violência sofrida pela sociedade.<sup>16</sup>

A partir dessa realidade, a prática docente na atualidade enfrenta novos desafios, que carecem de uma visão aprofundada dos processos sociais. Esses sujeitos violentados pela falta de alimentação, trabalho, identidade, moradia, educação, etc., induzem nos questionarmos como a escola pode contribuir na transformação para melhorar a vida dessas pessoas?.

Os grupos sociais que ao longo dos séculos foram e são reprimidos, necessitam um olhar especial por parte da escola, necessitando de um tratamento pedagógico que seja capaz de romper com as estigmatizações sociais, fortalecendo as resistências e libertações dessas pessoas mais feridas pela sociedade.

Os saberes trazidos pela diversidade devem ser incorporados nos currículos da Educação Básica. Nos últimos anos tivemos avanços legais no atendimento das reivindicações dos movimentos sociais, no entanto, ainda carecem de muitos

---

<sup>15</sup> Para Freire, a questão da desigualdade social, no sentido de injustiça, bem como as características dos homens e mulheres que compõem o grupo dos injustiçados, oprimidos e violentados, aproxima-se da preocupação, manifestada pelo autor, relativamente ao problema da desumanização que agride a sociedade como um todo. Esta preocupação se materializa em sua obra, quando expõe seu posicionamento político-pedagógico e defende uma educação escolar “problematizadora” com o intuito de transformar a sociedade considerada injusta e opressora, dividida entre uma maioria oprimida, violentada e uma minoria que oprime. Tanto Rousseau como Freire percebem a educação escolar como fator de possível ruptura ou de reprodução da desigualdade instituída, ou seja, na perspectiva de ambos a escola é um dos elementos estreitamente vinculados às necessidades orgânicas de preservação ou ruptura da ordem social. (PITANO, 2004, pp. 3-4).

<sup>16</sup> De acordo com Arroyo “Os coletivos empobrecidos têm consciência de que sua condição histórica de pobreza é produzida pelo padrão político de poder-dominação-subalternização e, em suas ações coletivas e nos movimentos sociais, reagem a ele, organizando-se em ações políticas e exigindo respostas contra a pobreza e as desigualdades. Eles contestam os tradicionais enfoques dos pobres como carentes, atrasados, irracionais, preguiçosos, incompetentes e desqualificados para o trabalho e, dessa forma, questionam essas visões tão arraigadas na cultura escolar e pedagógica e nos reeducam para pensar a pobreza e as desigualdades como uma produção política, das injustas relações de poder.” (2014a, p. 16).



avanços na busca por uma educação que efetivamente inclua a diversidade do povo brasileiro.

O grande desafio está em desconstruir uma herança histórica de injustiça social que permeia a sociedade brasileira e marca as vivências de milhões de pessoas. Avanços no combate à desigualdade só serão possíveis, a partir do momento que houver um profundo desvelamento da estrutura capitalista opressora e seus processos excludentes, desarticulando discursos em prol da uniformidade e subalternização, lançando-se um olhar especial sobre esses sujeitos, em especial no campo educacional.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. *Pobreza e Currículo: Uma Complexa Articulação*. Módulo IV – Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. MEC/SECADI, 2014b. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/>. Acesso em 20/05/2016.

ARROYO, Miguel Gonzalez. *Pobreza, Desigualdades e Educação*. Módulo Introdutório – Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. MEC/SECADI, 2014a. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/>. Acesso em 20/05/2016.

BARROS, José d'Assunção. *Igualdade, desigualdade e diferença: em torno de três noções*. *Análise Social*, vol. XL (175), 2005, 345-366. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218709941G9oFF7ya2Ux18EW0.pdf>. Acesso em: 03/12/2016.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LAZZARI, Márcia Cristina. *Conformidades entre cidadania e pobreza*. *Ecopolítica*, 7: set-dez, 2013. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/viewFile/17767/13242>. Acesso em 25/08/2016.

LEITE, Lúcia Helena Alvarez. *Escola: Espaços e tempo de reprodução e resistências da pobreza*. Módulo III – Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. MEC/SECADI, 2014. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/>. Acesso em 20/05/2016.

MACHADO, Rosana Pinheiro; Goveia, Luana. *Bolsa Família: 11 anos e 11 conquistas*. *Revista Carta Capital*. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/bolsa-familia-11-anos-e-11-conquistas-4636.html>. Acesso em 02/12/2016.

MDS. *Quais as condicionalidades do Bolsa Família?*. Fonte: <http://consultabolsafamilia.com.br/quais-condicionalidades-bolsa-familia/>. Acesso em: 01/12/2016.

PITANO, Sandro de Castro. *Desigualdade social e educação: Uma abordagem em Rousseau e Paulo Freire*. ANPEDSUL, 2004. Disponível em: [http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2004/Painel/Painel/07\\_26\\_31\\_DES\\_IGUALDADE\\_SOCIAL\\_E\\_EDUCACAO\\_UMA\\_ABORDAGEM\\_EM\\_J-J\\_ROUSSEAU.pdf](http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2004/Painel/Painel/07_26_31_DES_IGUALDADE_SOCIAL_E_EDUCACAO_UMA_ABORDAGEM_EM_J-J_ROUSSEAU.pdf). Acesso em: 01/12/2016.

REGO, Walquíria Leão; PINZANI, Alessandro. *Pobreza e Cidadania*. Módulo I – Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. MEC/SECADI, 2014a. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/>. Acesso em 20/05/2016.

REGO, Walquíria Leão; PINZANI, Alessandro. *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2014b.

Site: <http://bolsafamilia10anos.mds.gov.br/node/124>. Acesso em 20/08/2016.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. *Bolsa Família: Avanços, limites e possibilidades do Programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil*. São Paulo. Editora Perseu Abramo, 2006.